

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – FUNÇÃO E CARREIRA DO PROCURADOR DO MUNICÍPIO	29
1. Introdução e breve histórico	29
2. Leis de regência da carreira	33
3. Constituição e a carreira do Procurador do Município (PEC 17/2012)	34
4. Teto remuneratório do Procurador do Município.....	37
5. A constitucionalidade do recebimento dos honorários sucumbenciais pelos pro- curadores municipais	40
CAPÍTULO II – FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL	43
1. Conceito	43
2. Prerrogativas processuais.....	44
2.1. Prazo em dobro para manifestações processuais e intimação pessoal do Procurador Municipal	45
2.2. Citação pessoal da Fazenda Pública Municipal	46
2.3. Revelia e a Fazenda Pública Municipal	48
2.4. Contestação pela Fazenda Pública Municipal	49
3. Taxas e custas judiciais.....	50
4. Tutela provisória de urgência cautelar e antecipada.....	51
5. Reexame necessário	52
5.1. O reexame necessário e a questão intertemporal.....	55
6. Denúnciação da lide e o município	55
7. Prescrição em face da Fazenda Pública	56
8. Das súmulas aprovadas na Comissão Nacional de Advocacia Pública.....	58
9. Súmulas Vinculantes aplicáveis à Fazenda Pública	59
10. Questões de concursos.....	63
11. Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	67
CAPÍTULO III – O DIREITO TRIBUTÁRIO E OS IMPOSTOS MUNICIPAIS ..	71
1. Introdução e conceito.....	71

1.1.	Sistema Constitucional Tributário (artigo 145 e seguintes).....	73
2.	Princípios informadores.....	75
2.1.	Princípio da legalidade tributária	76
2.2.	Princípio da anterioridade tributária	80
2.3.	Princípio da isonomia tributária.....	83
2.4.	Princípio da irretroatividade tributária	85
3.	Imunidades	87
4.	Obrigação e crédito tributário	91
4.1.	Obrigação tributária	91
4.1.1.	Elementos da obrigação tributária	92
4.2.	Crédito tributário	94
4.3.	Suspensão do crédito tributário.....	96
4.4.	Extinção do crédito tributário	98
4.5.	Exclusão do crédito tributário	102
5.	Prescrição e decadência.....	104
5.1.	Decadência	104
5.2.	Prescrição.....	105
5.3.	Prescrição do crédito x prescrição intercorrente.....	108
6.	As espécies tributárias	112
6.1.	Impostos Municipais	116
6.1.1.	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN)	116
6.1.2.	IPTU	124
6.1.3.	ITBI	130
6.2.	Impostos Estaduais	133
6.3.	Impostos Federais	139
6.4.	Taxas	143
6.5.	Contribuições de melhoria.....	146
6.6.	Empréstimos compulsórios	149
6.7.	Contribuições especiais.....	150
7.	Questões de concursos.....	154
8.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	159

CAPÍTULO IV – A EXECUÇÃO FISCAL NO CONTEXTO MUNICIPAL 183

1.	Processo administrativo tributário	183
----	--	-----

1.1.	Do lançamento.....	185
1.1.1.	Modalidades de lançamento.....	187
1.1.2.	Hipóteses de alteração do lançamento.....	189
1.2.	Controle de legalidade da inscrição em dívida ativa.....	191
1.3.	Passo a passo do Procurador do Município no processo administrativo	192
1.4.	Fluxograma – Processo administrativo	193
2.	Execução fiscal	194
2.1.	Considerações iniciais.....	194
2.2.	Propositura e seus documentos necessários.....	195
2.2.1.	Da competência territorial	197
2.3.	Citação.....	198
2.3.1.	Do redirecionamento da execução para os coobrigados	201
2.3.2.	Dos “demais” executados.....	203
2.3.3.	Da sucessão tributária	206
2.4.	Busca e substituição de bens	208
2.4.1.	Penhora <i>on-line</i> e a desnecessidade de se esgotar outras formas de buscas	215
2.5.	Hasta pública e adjudicação.....	217
2.6.	Isenção de taxas judiciais.....	217
2.7.	Honorários advocatícios.....	218
2.8.	Da prescrição decretada de ofício pelo juiz da execução – formalidades necessárias.....	222
2.9.	Manifestações e defesas cabíveis pelo executado	225
2.9.1.	Embargos.....	226
2.9.2.	Exceção de pré-executividade	230
2.9.3.	As demais ações autônomas.....	233
2.10.	A medida cautelar fiscal	237
2.11.	Recursos cabíveis	238
2.12.	Alternativas à execução fiscal na arrecadação tributária	239
2.13.	Lei formal autorizativa do não ajuizamento de execuções fiscais de créditos de pequeno valor	240
3.	Passo a passo do Procurador no processo administrativo e na execução fiscal	243
4.	Fluxograma – Execução fiscal	244
5.	Modelos de peças processuais e manifestações.....	245

5.1.	Modelo de petição inicial de execução fiscal.....	245
5.2.	Modelo de petição de inclusão de sócio coobrigado	246
5.3.	Modelo de petição requerendo penhora <i>on-line</i>	247
5.4.	Modelo de petição requerendo penhora de faturamento	249
5.5.	Modelo de resposta à exceção de pré-executividade	250
5.6.	Modelo de agravo de instrumento em face de decisão que indeferiu requerimento de citação postal	254
5.7.	Modelo de parecer a respeito de exclusão de coobrigado da execução fiscal	257
5.8.	Modelo de ação cautelar fiscal.....	258
5.9.	Modelo de agravo de instrumento em face de decisão que alterou a competência territorial da execução fiscal	262
6.	Questões de concursos.....	266
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	272
CAPÍTULO V – A EXECUÇÃO CONTRA O MUNICÍPIO E OS PRECATÓRIOS JUDICIAIS.....		305
1.	A execução contra a Fazenda Pública e suas peculiaridades	305
1.1.	O cumprimento de sentença e sua defesa.....	306
1.2.	A execução de título extrajudicial e o instrumento cabível para defesa.....	308
1.3.	Cumprimento provisório de sentença em face do município.....	310
1.4.	A súmula 306 do STJ e a sucumbência recíproca na vigência do CPC/2015.....	311
2.	Precatórios e a Fazenda Pública.....	313
2.1.	Visão geral.....	313
2.2.	A Emenda Constitucional 113/2021 e a correção monetária das condenações em face da Fazenda Pública	318
2.2.1.	A aplicação do art. 1º-F nas condenações por encargos trabalhistas inadimplidos por empresa terceirizada.....	321
2.3.	EC 62: alterações no procedimento dos precatórios e a posterior declaração de inconstitucionalidade pelas ADIs 4357 e 4425.....	322
2.4.	A Lei Complementar 151 e o uso do depósito judicial pelos entes públicos...	326
3.	Passo a passo da atuação do Procurador nas execuções contra o Município e o processamento do precatório.....	328
4.	Fluxograma	329
5.	Modelos de petições e manifestações	330
5.1.	Modelo de petição de embargos à execução de RPV	330

5.2.	Modelo de impugnação à execução (versão simplificada)	330
5.3.	Modelo de manifestação em relação a sequestro de verbas públicas	331
5.4.	Modelo de manifestação sobre fracionamento de RPV.....	332
5.5.	Modelo de ofício requisitando informações sobre o pagamento de RPV	332
5.6.	Modelo de petição de concordância com os cálculos apresentados para pagamento de RPV	333
5.7.	Modelo de petição de execução invertida	333
5.8.	Modelo de impugnação a execução de sentença sobre sucumbência recíproca dentro do CPC/2015	334
6.	Questões de concursos.....	335
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	338
CAPÍTULO VI – LICITAÇÃO E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO		355
1.	Conceito	356
2.	Natureza jurídica.....	356
3.	Princípios informadores.....	357
3.1.	Princípio da publicidade.....	357
3.2.	Princípio da legalidade.....	358
3.3.	Princípio da impessoalidade.....	359
3.4.	Princípio da moralidade.....	359
3.5.	Princípio da igualdade	359
3.6.	Princípio da probidade administrativa	330
3.7.	Princípio do julgamento objetivo.....	361
3.8.	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	361
4.	Dispensa	362
5.	Inexigibilidade.....	366
5.1.	Contratação de escritório de advocacia pelo ente municipal.	367
6.	Modalidades de licitação	369
6.1.	Concorrência.....	369
6.2.	Tomada de preço	370
6.3.	Convite	370
6.4.	Concurso.....	371
6.5.	Leilão	372
6.6.	Pregão.....	372

7.	Tipos de licitação – critérios de julgamento	374
8.	Sistema de Registro de Preço	374
9.	Regime diferenciado de contratações públicas – Lei Federal nº 12.462/2011.....	375
9.1.	Lei 14.065/2020 (Covid-19) e suas implicações na sistemática das contratações públicas	376
10.	Anulação e revogação	379
11.	Recursos administrativos	380
12.	Análise da licitação pelo Procurador do Município	380
12.1.	Verificação de pressupostos	380
12.2.	Pareceres emitidos.....	380
12.3.	Julgamento de recursos administrativos.....	382
13.	Passo a passo da Licitação e a participação do Procurador do Município.....	383
14.	Fluxogramas	384
15.	Modelos de petições e manifestações	385
15.1.	Modelo de parecer técnico em relação a pedido de revisão contratual.....	385
15.2.	Modelo de parecer em relação a revogação contratual	389
15.3.	Modelo de parecer em relação a aumento do objeto na licitação	392
15.4.	Modelo de parecer para análise de abertura de licitação.....	393
15.5.	Modelo de parecer em relação a pedido de alteração cadastral	395
15.6.	Modelo de parecer em relação a pedido de aditamento de quantitativo do contrato	396
15.7.	Modelo de parecer em relação à alteração contratual	398
15.8.	Modelo de parecer em relação à prorrogação de prazo.....	399
15.9.	Modelo de parecer em relação à aprovação de medição	402
16.	Questões de concurso	403
17.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	409
CAPÍTULO VI-A – LICITAÇÃO E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO		411
1.	Conceito	411
2.	Natureza jurídica.....	411
3.	Princípios informadores.....	412
3.1.	Princípio da publicidade	412
3.2.	Princípio da legalidade.....	413
3.3.	Princípio da impessoalidade.....	413

3.4.	Princípio da moralidade.....	413
3.5.	Princípio da igualdade	414
3.6.	Princípio da probidade administrativa	414
3.7.	Princípio do julgamento objetivo.....	414
3.8.	Princípio da vinculação ao edital.....	415
3.9.	Princípio da eficiência.....	415
3.10.	Princípio do interesse público	415
3.11.	Princípio do planejamento.....	415
3.12.	Princípio da transparência.....	415
3.13.	Princípio da eficácia.....	415
3.14.	Princípio da segregação de funções.....	415
3.15.	Princípio da motivação	416
3.16.	Princípio da segurança jurídica	417
3.17.	Princípio da razoabilidade.....	417
3.18.	Princípio da competitividade	417
3.19.	Princípio da proporcionalidade.....	417
3.20.	Princípio da celeridade.....	417
3.21.	Princípio da economicidade.....	417
3.22.	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	417
4.	Licitação Dispensável	418
5.	Inexigibilidade.....	422
5.1.	Contratação de escritório de advocacia pelo ente municipal.	424
6.	Modalidades de licitação	425
6.1.	Concorrência	425
6.2.	Concurso	426
6.3.	Leilão	426
6.4.	Pregão.....	427
6.5.	Diálogo competitivo	428
6.6.	Modalidade especial de licitação – Lei Complementar nº 182/2021 – marco regulatório das <i>startups</i> e empreendedorismo inovador.....	429
7.	CrITÉrios de julgamento	430
8.	Instrumentos auxiliares.....	431
9.	Anulação e revogação	432
10.	Recursos administrativos	432

11. Análise da licitação pelo Procurador do Município	433
11.1. Verificação de pressupostos	433
11.2. Parecer Emitido	434
11.3. Julgamento de recursos administrativos.....	436
12. Passo a passo da Licitação e a participação do Procurador do Município.....	437
13. Fluxogramas	438
14. Modelos de petições e manifestações	439
14.1. Parecer – prorrogação contratual.....	439
14.2. Parecer – Abertura de Procedimento Licitatório	440
14.3. Parecer – Abertura de Procedimento Licitatório	447
15. Questões de concurso	457
16. Principais informativos do STJ e STF correspondentes ao tema.....	459

CAPÍTULO VII – DESAPROPRIAÇÃO E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO

1. Conceito	463
2. Natureza jurídica.....	463
3. Pressupostos	463
4. Fase declaratória	464
5. Fase executória	465
6. Desapropriação ordinária	466
7. Desapropriação extraordinária.....	466
7.1. Desapropriação extraordinária urbanística sancionatória	466
7.2. Desapropriação extraordinária rural.....	467
7.3. Desapropriação extraordinária confiscatória.....	467
8. Desapropriação indireta.....	467
9. Retrocessão.....	468
10. Direito de extensão.....	469
11. Ação judicial de desapropriação	469
11.1. Pressupostos e documentos indispensáveis	469
11.2. Contestação	470
11.3. Imissão provisória na posse	470
11.4. Desistência da desapropriação.....	473
11.5. Reexame necessário.....	473
12. Registro do imóvel desapropriado.....	474

13.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município.....	474
14.	Fluxogramas	475
15.	Modelos de petições e manifestações	476
15.1.	Modelo de decreto declaratório de utilidade pública do imóvel	476
15.2.	Modelo de decreto expropriatório.....	476
15.3.	Modelo de Portaria designando comissão para laudo de avaliação	477
15.4.	Modelo de ação judicial de desapropriação	477
16.	Questões de concursos.....	479
17.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	483
CAPÍTULO VIII – RESPONSABILIDADE CIVIL E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO.....		495
1.	Visão geral.....	495
1.1.	Responsabilidade estatal: características diferenciadoras	497
2.	Responsabilidade civil por defeito na pavimentação pública (buraco)	499
2.1.	Defesas judiciais cabíveis.....	500
2.1.1.	Preliminar de falta de interesse de agir – ausência de pedido administrativo.....	500
2.1.2.	Ônus probante e insuficiência de provas.....	502
2.1.3.	Culpa – responsabilidade subjetiva.....	502
2.1.4.	Culpa exclusiva da vítima.....	503
2.1.5.	Culpa concorrente.....	503
3.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações de responsabilidade civil.....	504
3.1.	Responsabilidade civil geral	504
3.1.1.	O Município como autor.....	504
3.1.2.	O Município como réu	504
3.2.	Responsabilidade civil por defeito na pavimentação pública.....	504
4.	Fluxogramas	505
4.1.	Responsabilidade Civil.....	505
4.2.	Ação de Responsabilidade Civil por Defeito na Pavimentação Pública	506
5.	Modelos de peças	506
5.1.	Modelo de petição inicial em ação de obrigação de fazer	506
5.2.	Modelo petição inicial de ação indenizatória	508

5.3.	Modelo de petição de defesa escrita em ação de responsabilidade civil por defeito na pavimentação pública	509
5.4.	Modelo de petição requerendo intimação pessoal – art. 183 CPC.....	514
5.5.	Modelo de petição requerendo reabertura de prazo para defesa	515
6.	Questões de concursos.....	516
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	520

CAPÍTULO IX – ASPECTOS DO DIREITO DO TRABALHO E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO 527

1.	O regime trabalhista na Administração Pública	527
1.1.	A reforma trabalhista – Breves considerações.....	530
2.	Terceirização na Administração Pública e a súmula 331 do TST.....	532
2.1.	A responsabilidade subsidiária e a reforma trabalhista	536
3.	Estabilidade do empregado público	538
4.	Aposentadoria e extinção do contrato de trabalho	540
5.	Contrato temporário e verbas trabalhistas.....	542
6.	A competência da justiça do trabalho no artigo 114 da CF a partir da EC 45.....	543
7.	Restrições ao direito de greve.....	546
8.	A execução contra a Fazenda Pública Municipal no âmbito trabalhista	548
9.	Orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho – TST	549
10.	Passo a passo do Procurador do Município na Reclamação Trabalhista	550
11.	Fluxograma	552
12.	Modelos de petições e manifestações	553
12.1.	Modelo de petição de contestação.....	553
12.2.	Modelo de petição de recurso ordinário	559
12.3.	Modelo de petição de agravo de petição.....	562
12.4.	Modelo de petição de recurso de revista	563
12.5.	Modelo de petição de contrarrazões em reclamatória trabalhista	567
13.	Questões de concursos	570
14.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	576

CAPÍTULO X – A SAÚDE E SUA JUDICIALIZAÇÃO 599

1.	Competência constitucional	599
1.1.	Da (não) obrigação estatal em fornecer medicamento não registrado pela Anvisa.....	605

2.	Responsabilidade do ente público municipal	606
3.	Defesas judiciais cabíveis	609
3.1.	Preliminares.....	610
3.1.1.	Falta de interesse processual – Ausência de pedido administrativo....	610
3.1.2.	Perda do objeto	611
3.1.3.	Chamamento ao processo dos Entes Federados	611
3.2.	Do mérito.....	612
3.2.1.	Reserva do possível.....	612
3.2.2.	Judicialização da saúde pelo poder judiciário (ofensa ao princípio da harmonia entre os poderes – separação de poderes).....	615
4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações que envolvam o direito à saúde	617
5.	Fluxograma	618
6.	Modelos de petições e manifestações	618
6.1.	Modelo de petição de contestação envolvendo fornecimento de medicamento.....	618
6.2.	Modelo de petição de apelação.....	623
6.3.	Modelo de petição de apelação sob a alegação de perda do objeto	625
6.4.	Modelo de ofício requerendo a comprovação da tutela antecipada	627
6.5.	Modelo de contestação com preliminar do Resp nº 1.657.156/RJ – obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS (Tema 106).....	628
7.	Questões de concursos.....	636
8.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	638
CAPÍTULO XI – O PAPEL DO MUNICÍPIO NO DIREITO AMBIENTAL		645
1.	Considerações iniciais sobre o direito ambiental	645
2.	Princípios informadores.....	647
2.1.	Princípio da ubiquidade.....	647
2.2.	Princípio do desenvolvimento sustentável	648
2.3.	Princípio da participação	648
2.4.	Princípio da função socioeconômico-ambiental da propriedade	648
2.5.	Princípio do mínimo existencial ecológico	648
2.6.	Princípio da proibição do retrocesso ecológico	648
2.7.	Princípio do poluidor pagador e do usuário pagador.....	649

2.8.	Princípio da precaução e prevenção.....	649
3.	Competência constitucional	650
4.	Procedimento do licenciamento ambiental	653
5.	Interesse local: norma mais favorável	655
6.	A responsabilidade estatal no Direito Ambiental.....	656
7.	O direito ambiental em face do CPC/2015 e a (im)possibilidade de composição	657
8.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações ambientais – polo ativo e polo passivo.....	659
9.	Fluxograma	660
9.1.	Licenciamento ambiental.....	660
10.	Modelos de petições e manifestações	660
10.1.	Modelo de petição de recurso administrativo	660
10.2.	Modelo de recurso administrativo com pedido de efeito suspensivo	662
10.3.	Modelo de ofício referente à autuação ambiental	664
11.	Questões de concursos.....	665
12.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	670

CAPÍTULO XII – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO..... 679

1.	Juizado Especial da Fazenda Pública	679
1.1.	Considerações iniciais	679
1.2.	Pontos diferenciadores previstos na lei	680
1.3.	Da audiência de conciliação e sua “real” necessidade	683
1.4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações de competência do Juizado da Fazenda Pública.....	685
1.5.	Fluxogramas	686
1.6.	Modelos de petições e manifestações.....	686
1.6.1.	Modelo de petição de requerimento de cancelamento de audiência inicial.....	686
2.	Intervenção anômala	688
2.1.	Considerações iniciais	688
2.2.	Hipóteses autorizadoras	689
2.3.	Peculiaridades	691
2.4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações passíveis de intervenção anômala	691

2.5.	Fluxograma.....	692
2.6.	Modelos de petições e manifestações.....	693
2.6.1.	Modelo de petição requerendo a intervenção do Município	693
3.	Ação monitoria	694
3.1.	Considerações iniciais	694
3.2.	Procedimento	695
3.3.	Ação Monitoria em face do Município e sua (im)possibilidade	696
3.4.	Ação Monitoria proposta pelo Município	699
3.5.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na ação monitoria ..	700
3.6.	Fluxograma – Ação Monitoria em face do Município	700
3.7.	Modelos de petições e manifestações.....	701
3.7.1.	Modelo de embargos à ação monitoria	701
4.	Suspensão de liminar/segurança.....	705
4.1.	Considerações iniciais	705
4.2.	Procedimento	708
4.3.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na suspensão de segurança/liminar	711
4.4.	Fluxograma.....	711
4.5.	Modelos de petições e manifestações.....	711
4.5.1.	Modelo de suspensão de segurança.....	711
5.	Reclamação constitucional	723
5.1.	Considerações iniciais	723
5.2.	Procedimento	725
5.3.	Hipóteses de cabimento.....	727
5.3.1.	Preservar a competência dos tribunais (art. 988, I)	727
5.3.2.	Garantia da autoridade de decisões de Tribunal (art. 988, II).....	727
5.3.3.	Garantia da observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade (art. 988, III)	728
5.3.4.	Garantia da observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência (art. 988, IV).....	728
5.4.	Reclamação Constitucional e as Súmulas Vinculantes	729
5.5.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na reclamação cons- titucional	730

5.6.	Fluxograma.....	730
5.7.	Modelos de petições e manifestações.....	731
5.7.1.	Modelo de reclamação constitucional.....	731
6.	Ação civil pública no contexto municipal	741
6.1.	Considerações iniciais	741
6.2.	O artigo 16 da LACP	743
6.3.	Breves noções sobre o termo de ajustamento de conduta.....	745
6.4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na Ação Civil Pública.....	746
6.5.	Fluxograma.....	747
6.6.	Modelos de petições e manifestações.....	747
6.6.1.	Modelo de termo de ajustamento de conduta.....	747
6.6.2.	Modelo de contestação em ação civil pública.....	748
6.6.3.	Modelo de contraminuta de agravo de instrumento em ação civil pública.....	752
7.	Ação rescisória.....	753
7.1.	Considerações iniciais	753
7.2.	A Fazenda Pública na Ação Rescisória	757
7.3.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na ação rescisória....	758
7.4.	Fluxograma.....	759
7.5.	Modelos de petições e manifestações.....	759
7.5.1.	Modelo de ação rescisória – petição inicial	759
7.5.2.	Modelo de contestação em ação rescisória	766
8.	Mandado de Segurança	773
8.1.	Considerações iniciais	773
8.2.	Prazo de interposição	775
8.3.	Legitimidade ativa e passiva no Mandado de Segurança.....	776
8.4.	Espécies de Mandado de Segurança	777
8.5.	Hipóteses vedadoras de utilização do mandado de segurança	779
8.6.	Concessão de liminar em mandado de segurança	779
8.7.	Das informações prestadas	780
8.8.	Da possibilidade de desistência do mandado de segurança	780
8.9.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município no mandado de segurança.....	781
8.10.	Fluxograma.....	782
8.11.	Modelos de petições e manifestações.....	782
8.11.1.	Modelo de petição de cadastramento.....	782

8.11.2. Modelo de manifestação em mandado de segurança.....	783
8.11.3. Modelo de informações em mandado de segurança.....	783
9. Questões de concursos.....	792
10. Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	798

CAPÍTULO XIII – O ESTATUTO DA CIDADE E O PAPEL DO MUNICÍPIO EM SEU CUMPRIMENTO..... 809

1. Considerações gerais sobre direito urbanístico	809
2. O Estatuto da Cidade.....	811
3. O Plano Diretor.....	813
4. Dos instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade.....	815
4.1. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.....	816
4.2. IPTU progressivo no tempo.....	817
4.3. Desapropriação com pagamento em títulos.....	818
4.4. Usucapião especial de imóvel urbano	819
4.5. Direito de superfície	821
4.6. Direito de preempção	823
4.7. Outorga onerosa do direito de construir e alteração do uso do solo.....	825
4.8. Operações urbanas consorciadas e potencial adicional de construção	826
4.9. Transferência do direito de construir.....	829
4.10. Estudo de impacto da vizinhança.....	829
5. Passo a passo da atuação do Procurador do Município nos instrumentos de política urbana – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios – IPTU progressivo no tempo – desapropriação.....	831
6. Fluxograma – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios – IPTU progressivo no tempo – desapropriação.....	832
7. Modelos de petições e manifestações	832
7.1. Modelo de ação judicial de desapropriação	832
7.2. Modelo de petição inicial de execução fiscal tendo por objeto o IPTU progressivo no tempo.....	834
8. Questões de Concursos	836
9. Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	841

CAPÍTULO XIV – A QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA DENTRO DO CONTEXTO MUNICIPAL..... 845

1. Noções gerais (e as alterações trazidas pela EC nº 103/2019).....	845
--	-----

2.	O regime previdenciário municipal e suas características peculiares	851
2.1.	O § 1º do artigo 149 da CF/1988	851
2.2.	A não regularidade previdenciária do município e suas consequências.....	853
3.	A Emenda Constitucional nº 113/2021 e o parcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos dos Municípios.....	854
4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na instituição da contribuição social, nos termos do artigo 149, § 1º, CF/1988	856
5.	Fluxograma	856
6.	Questões de Concursos	857
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	860

CAPÍTULO XV – A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB) E A LEI FEDERAL Nº 13.465/2017 NO CONTEXTO MUNICIPAL..... 865

1.	Noções gerais	865
2.	Objetivos da REURB	866
3.	Instrumentos da REURB	867
4.	Procedimento da REURB	868
5.	Legitimados para solicitar a REURB	869
6.	O papel do município dentro da REURB	870
7.	Passo a passo da REURB	871
8.	Fluxogramas	872
9.	Modelos de petições e manifestações	872
9.1.	Modelo de Requerimento	872
10.	Questões de concursos.....	874
11.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	875

CAPÍTULO XVI – OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A FAZENDA PÚBLICA 877

1.	Considerações iniciais.....	877
2.	Os negócios jurídicos processuais no CPC/2015	879
3.	O papel da Fazenda Pública nos negócios jurídicos processuais.....	883
4.	Passo a passo da atuação do Procurador nos negócios jurídicos processuais	886
5.	Fluxograma – negócios jurídicos processuais.....	886

6.	Modelos de petições e manifestações	887
6.1.	Modelo de petição de acordo com a alteração da data da audiência designada	887
6.2.	Modelo de petição de negócio jurídico processual versando sobre acordo sobre prazos e medidas a serem tomadas	887
7.	Questões de concursos.....	891
8.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	892
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	899